

```
1  <?xml version='1.0' encoding='utf-8'?>
2  <dados>
3    <item>
4      <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
5      <Assunto>Conceito e Abrangência</Assunto>
6      <Pergunta>O que é a Transação Tributária?</Pergunta>
7      <Resposta>É um acordo resolutivo de litígio que estabelece os requisitos e as
        condições para que o Estado de Goiás e os devedores realizem a extinção de
        litígios relativos à cobrança de créditos da Fazenda Pública Estadual de natureza
        tributária.</Resposta>
8    </item>
9    <item>
10     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
11     <Assunto>Conceito e Abrangência</Assunto>
12     <Pergunta>Quem pode realizar a transação?</Pergunta>
13     <Resposta>O Estado de Goiás, suas autarquias e outras entidades estaduais cuja
        representação incumba à Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A PGE exerce o juízo
        de conveniência e oportunidade para celebrá-la.</Resposta>
14   </item>
15   <item>
16     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
17     <Assunto>Conceito e Abrangência</Assunto>
18     <Pergunta>Quais débitos podem ser transacionados?</Pergunta>
19     <Resposta>A transação abrange créditos tributários de natureza tributária
        inscritos em dívida ativa. Os requisitos, as condições, as vedações estão
        previstos na LC nº 197/2024, Portaria nº 55-GAB/2025. </Resposta>
20   </item>
21   <item>
22     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
23     <Assunto>Conceito e Abrangência</Assunto>
24     <Pergunta>Quais são as modalidades de transação?</Pergunta>
25     <Resposta>A transação pode ser realizada por adesão, quando o devedor adere aos
        termos e condições de um edital publicado pela PGE, ou por proposta individual ou
        conjunta, iniciada pelo devedor ou pelo credor.</Resposta>
26   </item>
27   <item>
28     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
29     <Assunto>Conceito e Abrangência</Assunto>
30     <Pergunta>A transação é um direito do contribuinte?</Pergunta>
31     <Resposta>Não. A transação não constitui direito subjetivo do contribuinte, e o
        deferimento do pedido depende da verificação do cumprimento das exigências
        regulamentares.</Resposta>
32   </item>
33   <item>
34     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
35     <Assunto>Prazos e Descontos</Assunto>
36     <Pergunta>Pergunta</Pergunta>
37     <Resposta>Resposta (Base legal)</Resposta>
38   </item>
39   <item>
40     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
41     <Assunto>Prazos e Descontos</Assunto>
42     <Pergunta>Quais são os limites de desconto e prazo para a quitação dos débitos?
        </Pergunta>
43     <Resposta>O desconto máximo permitido é de 65% do valor total dos créditos a
        serem transacionados, e o prazo máximo de quitação é de 120 (cento e vinte) meses.
        </Resposta>
44   </item>
45   <item>
46     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
47     <Assunto>Prazos e Descontos</Assunto>
48     <Pergunta>Existem condições mais vantajosas para algum grupo de contribuintes?
        </Pergunta>
49     <Resposta>Sim. Na hipótese de transação que envolva pessoa natural, microempresa
        (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou empresas em recuperação judicial,
        liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência, a redução máxima é
        ampliada para 70% e o prazo máximo de quitação para 145 (cento e quarenta e
        cinco) meses.</Resposta>
50   </item>
51   <item>
52     <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
53     <Assunto>Prazos e Descontos</Assunto>
```

54 <Pergunta>Sobre o que incide o desconto?</Pergunta>
55 <Resposta>Os descontos são concedidos nas multas, nos juros e nos demais
acréscimos legais. É vedado reduzir o montante principal (valor originário) do
crédito.</Resposta>
56 </item>
57 <item>
58 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
59 <Assunto>Prazos e Descontos</Assunto>
60 <Pergunta>Como é determinado o grau de recuperabilidade da minha dívida?
</Pergunta>
61 <Resposta>A classificação é feita por segmentação, definida pela Secretaria de
Estado da Economia, com base em critérios como a faixa de valor do PAT, o tipo de
exequibilidade, a idade do auto de infração, e a situação cadastral.</Resposta>
62 </item>
63 <item>
64 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
65 <Assunto>Prazos e Descontos</Assunto>
66 <Pergunta>Posso utilizar precatórios para amortizar o débito?</Pergunta>
67 <Resposta>Sim. A transação pode contemplar a utilização de precatórios do Estado
de Goiás, próprios ou de terceiros, para a amortização do saldo devedor
transacionado, observadas as condições de lei específica e do edital que deverá
trazer tal previsão.</Resposta>
68 </item>
69 <item>
70 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
71 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
72 <Pergunta>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Pergunta>
73 <Resposta/>
74 </item>
75 <item>
76 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
77 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
78 <Pergunta>Pergunta</Pergunta>
79 <Resposta>Resposta (Base legal)</Resposta>
80 </item>
81 <item>
82 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
83 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
84 <Pergunta>Qual é o procedimento para solicitar a adesão (Edital 001/2025)?
</Pergunta>
85 <Resposta>O contribuinte deve solicitar seu cadastro, através de requerimento
endereçado ao e-mail da Procuradoria-Geral do Estado ntt@pge.go.gov.br, para
obter a simulação de seus créditos. Após a simulação, o seu pedido é submetido à
análise da Procuradoria-Greal do Estado.</Resposta>
86 </item>
87 <item>
88 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
89 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
90 <Pergunta>A partir de quando o acordo é formalizado?</Pergunta>
91 <Resposta>O ajuste é formalizado com o preenchimento de requisitos cumulativos: a
assinatura do termo eletrônico e o pagamento da parcela única ou da primeira
parcela no prazo de seu vencimento.</Resposta>
92 </item>
93 <item>
94 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
95 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
96 <Pergunta>O que acontece se eu tiver processos judiciais em curso?</Pergunta>
97 <Resposta>O devedor deve desistir das impugnações ou recursos e renunciar a
quaisquer alegações de direito sobre os créditos incluídos na transação. Deve,
ainda, requerer a extinção do respectivo processo com resolução de mérito.
</Resposta>
98 </item>
99 <item>
100 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
101 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
102 <Pergunta>Se houver depósito judicial, o que devo fazer?</Pergunta>
103 <Resposta>Os valores depositados em juízo ou penhorados para garantia do crédito
devem ser ofertados no termo de acordo para que sejam abatidos do valor líquido
do débito. O devedor deve aquiescer à conversão desses depósitos em renda. A
utilização de depósitos ou bloqueios judiciais para abatimento do valor
remanescente é obrigatória.</Resposta>
104 </item>

105 <item>
106 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
107 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
108 <Pergunta>A proposta de transação suspende a cobrança imediatamente?</Pergunta>
109 <Resposta>A proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos por
ela abrangidos nem o andamento das execuções fiscais. A suspensão da
exigibilidade ocorre apenas após a formalização da transação, mediante o
pagamento da primeira parcela (ou parcela única), na modalidade de parcelamento.
</Resposta>
110 </item>
111 <item>
112 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
113 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
114 <Pergunta>A transação implica novação da dívida?</Pergunta>
115 <Resposta>Não. A celebração da transação não implica a novação dos créditos por
ela abrangidos.</Resposta>
116 </item>
117 <item>
118 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
119 <Assunto>Adesão e Obrigações do Contribuinte</Assunto>
120 <Pergunta>O que a assinatura do termo implica?</Pergunta>
121 <Resposta>A assinatura do termo, mesmo que não haja pagamento imediato, implica
confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos.</Resposta>
122 </item>
123 <item>
124 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
125 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
126 <Pergunta>Vedações e Rescisão</Pergunta>
127 <Resposta/>
128 </item>
129 <item>
130 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
131 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
132 <Pergunta>Pergunta</Pergunta>
133 <Resposta>Resposta (Base legal)</Resposta>
134 </item>
135 <item>
136 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
137 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
138 <Pergunta>Quais créditos são proibidos de serem transacionados?</Pergunta>
139 <Resposta>É vedada a transação que envolva débitos não inscritos em dívida ativa,
que reduza o montante principal do crédito.</Resposta>
140 </item>
141 <item>
142 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
143 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
144 <Pergunta>Quais são as principais causas de rescisão da transação?</Pergunta>
145 <Resposta>As causas incluem o descumprimento das condições e compromissos
assumidos, a constatação de ato tendente ao esvaziamento patrimonial para fraudar
o cumprimento, e o atraso no pagamento de mais de 3 (três) parcelas, sucessivas
ou não.</Resposta>
146 </item>
147 <item>
148 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
149 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
150 <Pergunta>Se eu questionar a transação na Justiça, ela será rescindida?</Pergunta>
151 <Resposta>Sim. Qualquer questionamento judicial sobre a matéria transacionada e
sobre a própria transação é causa de rescisão.</Resposta>
152 </item>
153 <item>
154 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
155 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
156 <Pergunta>O que acontece após a rescisão?</Pergunta>
157 <Resposta>A rescisão implica o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança
integral das dívidas. Além disso, o contribuinte fica proibido de formalizar nova
transação pelo prazo de 2 (dois) anos da data da rescisão, mesmo que relativa a
débitos distintos.</Resposta>
158 </item>
159 <item>
160 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>
161 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>
162 <Pergunta>Posso contestar a rescisão?</Pergunta>

163 <Resposta>Sim. O devedor será notificado da rescisão e poderá impugnar o ato, tendo garantidos o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Se o vício for sanável, é admitida a regularização durante o prazo concedido para a impugnação.</Resposta>

164 </item>

165 <item>

166 <Orientação>Perguntas Frequentes</Orientação>

167 <Assunto>Vedações e Rescisão</Assunto>

168 <Pergunta>Cabe recurso contra ato que decide a impugnação à rescisão? </Pergunta>

169 <Resposta>Sim. O devedor será notificado da decisão que apreciar a impugnação à rescisão, por meio eletrônico, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo.</Resposta>

170 </item>

171 <item>

172 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

173 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

174 <Pergunta>Cadastramento e Solicitação de Simulação</Pergunta>

175 <Resposta/>

176 </item>

177 <item>

178 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

179 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

180 <Pergunta>Pergunta</Pergunta>

181 <Resposta>Resposta (Procedimentos e Requisitos)</Resposta>

182 </item>

183 <item>

184 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

185 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

186 <Pergunta>Qual é o primeiro passo para aderir à transação?</Pergunta>

187 <Resposta>O contribuinte que deseja obter a simulação de seus créditos aptos a serem transacionados deve solicitar seu cadastro, com o preenchimento de formulário disponibilizado no site da PGE e reunião dos documentos exigidos.</Resposta>

188 </item>

189 <item>

190 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

191 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

192 <Pergunta>Qual o canal de comunicação oficial?</Pergunta>

193 <Resposta>TODAS as comunicações entre a PGE e os contribuintes serão realizadas através do e-mail ntt@pge.go.gov.br.</Resposta>

194 </item>

195 <item>

196 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

197 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

198 <Pergunta>Quais dados devo enviar se eu for Pessoa Física?</Pergunta>

199 <Resposta>O solicitante pessoa física deve encaminhar, para o e-mail ntt@pge.go.gov.br, os seguintes dados e documentos: Formulário com os seguintes dados: nome, CPF, endereço, e-mail e telefone. Documentos: Documento oficial de identificação (CI/CPF) e comprovante de endereço.</Resposta>

200 </item>

201 <item>

202 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

203 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

204 <Pergunta>Quais dados devo enviar se eu for Pessoa Jurídica?</Pergunta>

205 <Resposta>O solicitante pessoa jurídica deve encaminhar, para o e-mail ntt@pge.go.gov.br, os seguintes dados e documentos: Formulário com os seguintes dados: nome, CPF do solicitante, e-mail e telefone. Documentos: Documento oficial de identificação, comprovante de endereço, contrato social, certidão atualizada da JUCEG e, se houver, procuração e quaisquer outros documentos que demonstrem o vínculo à pessoa jurídica.</Resposta>

206 </item>

207 <item>

208 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

209 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>

210 <Pergunta>O que acontece se a documentação estiver incompleta?</Pergunta>

211 <Resposta>Em caso de insuficiência de documentos, a equipe da PGE entrará em contato via e-mail para que o solicitante encaminhe a documentação faltante.</Resposta>

212 </item>

213 <item>

214 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>

215 <Assunto>Passo 1 Cadastramento e Solicitação de Simulação</Assunto>
216 <Pergunta>Qual é o prazo para solicitar a adesão?</Pergunta>
217 <Resposta>O contribuinte deverá realizar a adesão à proposta da PGE no período de
vigência do edital de transação.</Resposta>
218 </item>
219 <item>
220 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
221 <Assunto>Passo 2 Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Assunto>
222 <Pergunta>Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Pergunta>
223 <Resposta/>
224 </item>
225 <item>
226 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
227 <Assunto>Passo 2 Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Assunto>
228 <Pergunta>Pergunta</Pergunta>
229 <Resposta>Resposta (Procedimentos)</Resposta>
230 </item>
231 <item>
232 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
233 <Assunto>Passo 2 Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Assunto>
234 <Pergunta>Como recebo a simulação dos meus débitos?</Pergunta>
235 <Resposta>Após o cadastro ser formalizado, o contribuinte ou seu representante
legal receberá, por e-mail, a simulação contendo todos os créditos tributários
aptos a serem transacionados e as respectivas condições de pagamento.</Resposta>
236 </item>
237 <item>
238 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
239 <Assunto>Passo 2 Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Assunto>
240 <Pergunta>Posso escolher quais débitos transacionar?</Pergunta>
241 <Resposta>Sim. O contribuinte poderá selecionar os créditos que pretende
transacionar. A seleção dos débitos é de livre escolha do devedor, desde que se
enquadrem nas condições previstas no Edital.</Resposta>
242 </item>
243 <item>
244 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
245 <Assunto>Passo 2 Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Assunto>
246 <Pergunta>Posso pedir a revisão da classificação (pontuação) dos meus créditos?
</Pergunta>
247 <Resposta>Sim. O contribuinte poderá apresentar um pedido de revisão quanto à
pontuação dos seus créditos, ou indicar créditos que não apareceram na simulação
enviada. Este pedido deve ser feito através do e-mail ntt@pge.go.gov.br,
utilizando um formulário-padrão e anexando documentos comprobatórios.</Resposta>
248 </item>
249 <item>
250 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
251 <Assunto>Passo 2 Recebimento da Simulação e Escolha dos Créditos</Assunto>
252 <Pergunta>O que ocorre após eu selecionar os créditos que tenho interesse em
negociar?</Pergunta>
253 <Resposta>O seu pedido é analisado pela PGE, que avaliará se houve o
cumprimento das obrigações e não se enquadra em nenhuma das vedações para
transação.</Resposta>
254 </item>
255 <item>
256 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
257 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
258 <Pergunta>Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Pergunta>
259 <Resposta/>
260 </item>
261 <item>
262 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
263 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
264 <Pergunta>Pergunta</Pergunta>
265 <Resposta>Resposta (Procedimentos)</Resposta>
266 </item>
267 <item>
268 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
269 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
270 <Pergunta>Como formalizo a transação após escolher os débitos?</Pergunta>
271 <Resposta>A formalização se dá mediante a assinatura do termo de transação pelo
contribuinte, seus representantes ou procuradores.</Resposta>
272 </item>
273 <item>

274 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
275 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
276 <Pergunta>Qual procedimento devo seguir para solicitar o Termo de Transação?
</Pergunta>
277 <Resposta>Após a análise do pedido de transação pela PGE, o contribuinte deverá
enviar para o e-mail ntt@pge.go.gov.br: 1. A seleção dos créditos tributários
(processos administrativos tributários) que pretende transacionar; e 2. Informar
a quantidade de parcelas. Feito isso, a PGE disponibilizará o termo.</Resposta>
278 </item>
279 <item>
280 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
281 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
282 <Pergunta>Como é feita a assinatura do Termo?</Pergunta>
283 <Resposta>O termo de transação será recebido pelo e-mail cadastrado e, no caso de
aprovação, deverá ser assinado eletronicamente por meio de certificado digital ou
do GOV.BR.</Resposta>
284 </item>
285 <item>
286 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
287 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
288 <Pergunta>Posso assinar presencialmente?</Pergunta>
289 <Resposta>Sim. Se o contribuinte preferir, após receber a análise do seu pedido,
poderá solicitar o agendamento de reunião presencial na Procuradoria-Geral do
Estado, através do e-mail ntt@pge.go.gov.br, momento em que poderá selecionar os
créditos e assinar o respectivo termo.</Resposta>
290 </item>
291 <item>
292 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
293 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
294 <Pergunta>O que a assinatura do termo implica?</Pergunta>
295 <Resposta>A assinatura do termo implica confissão irrevogável e irretratável dos
débitos abrangidos, nos termos do CPC, ainda que o pagamento da primeira parcela
não seja realizado.</Resposta>
296 </item>
297 <item>
298 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
299 <Assunto>Passo 3 Formalização do Pedido de Adesão (Assinatura do Termo)</Assunto>
300 <Pergunta>O que devo informar obrigatoriamente na etapa de adesão?</Pergunta>
301 <Resposta>Na etapa de adesão, o devedor deverá informar, através do e-mail
ntt@pge.go.gov.br, e com documentos comprobatórios: Os débitos a serem incluídos,
os números das execuções fiscais ou ações judiciais relacionadas, e a existência
(ou não) de depósitos judiciais ou outras garantias nas ações.</Resposta>
302 </item>
303 <item>
304 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
305 <Assunto>Passo 4 Conclusão da Formalização e Pagamento</Assunto>
306 <Pergunta>Conclusão da Formalização e Pagamento</Pergunta>
307 <Resposta/>
308 </item>
309 <item>
310 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
311 <Assunto>Passo 4 Conclusão da Formalização e Pagamento</Assunto>
312 <Pergunta>Pergunta</Pergunta>
313 <Resposta>Resposta (Procedimentos)</Resposta>
314 </item>
315 <item>
316 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
317 <Assunto>Passo 4 Conclusão da Formalização e Pagamento</Assunto>
318 <Pergunta>Quando o ajuste de transação é considerado formalizado?</Pergunta>
319 <Resposta>O ajuste é formalizado com o preenchimento de requisitos cumulativos:
1. Assinatura do termo eletrônico; 2. Pagamento da parcela única ou da primeira
parcela no prazo de seu vencimento.</Resposta>
320 </item>
321 <item>
322 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
323 <Assunto>Passo 4 Conclusão da Formalização e Pagamento</Assunto>
324 <Pergunta>Como recebo o documento para pagamento (DARE)?</Pergunta>
325 <Resposta>Após a assinatura do termo de transação, o contribuinte receberá o DARE
(Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais) via e-mail para pagamento. Os
DAREs dos meses subsequentes poderão ser gerados pelo contribuinte através de
link disponibilizado no edital da transação.</Resposta>
326 </item>

327 <item>
328 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
329 <Assunto>Passo 4 Conclusão da Formalização e Pagamento</Assunto>
330 <Pergunta>Qual o prazo para pagar a primeira parcela?</Pergunta>
331 <Resposta>O vencimento das parcelas ocorre no dia 25 de cada mês, mas a primeira
parcela deve ser quitada até o 5º (quinto) dia útil contado da data de sua
geração, respeitando o limite do último dia útil do mês correspondente.</Resposta>
332 </item>
333 <item>
334 <Orientação>Passo a Passo da Adesão à Transação Tributária</Orientação>
335 <Assunto>Passo 4 Conclusão da Formalização e Pagamento</Assunto>
336 <Pergunta>O que acontece se eu não pagar a primeira parcela no prazo?</Pergunta>
337 <Resposta>O não pagamento da parcela única ou da primeira parcela no prazo de
vencimento enseja a não celebração do acordo de transação, não se operando nenhum
efeito jurídico, embora a assinatura do termo já implique a confissão irrevogável
e irretratável dos débitos.</Resposta>
338 </item>
339 </dados>